PROJETO DE LEI Nº 3516/2021

AUTORIZA O LICENCIAMENTO SANITÁRIO SIMPLIFICADO POR AUTODECLARAÇÃO A DROGARIAS E FARMÁCIAS COM OU SEM MANIPULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
Autor: Deputado JORGE FELIPPE NETO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Saúde; de Defesa Civil; de Economia, Indústria e Comércio; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Em 02.02.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Ficam as farmácias com ou sem manipulação e as drogarias localizadas no Estado do Rio de Janeiro, em quaisquer de seus municípios, autorizadas a requerer o licenciamento sanitário simplificado, sendo a solicitação e a emissão da Licença Sanitária Simplificada realizadas pela internet em endereço eletrônico da Secretaria de Saúde e Defesa Civil, mediante prévio cadastramento de senha.

Art. 2º - As farmácias com ou sem manipulação e as drogarias interessadas devem, quando da solicitação da Licença Sanitária Simplificada pela internet:

I - Informar o número da Inscrição Municipal;

II - Informar o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

III - Preencher o roteiro eletrônico de auto inspeção.

Parágrafo único: O requerente dará ciência no roteiro eletrônico de auto inspeção, acerca das condições para emissão da Licença Sanitária Simplificada e das sanções aplicáveis em decorrência de seu uso indevido, inclusive pela prestação de informações inverídicas ou inexatas.

Art. 3º - Acesso ao sistema informatizado da Secretaria de Saúde e Defesa Civil pressupõe a realização e atualização dos cadastros e do estabelecimento, do gestor de segurança, do farmacêutico responsável técnico e do responsável legal junto a Vigilância Sanitária Estadual e do respectivo Município, sendo feito por meio de senha pessoal, sigilosa e intransferível.

Parágrafo único: O uso indevido da senha e os prejuízos decorrentes da eventual quebra de seu sigilo serão de responsabilidade do farmacêutico, responsável técnico e do responsável legal do estabelecimento.

Art. 4º - Constatado a adequação das informações prestadas pelo requerente, bem como a existência de alvará de funcionamento de estabelecimento, será disponibilizada no endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil, na Internet, a licença sanitária simplificada para a impressão pelo interessado.

§ 1º - Caso se constate a inadequação das informações, impedindo a emissão da Licença Sanitária Simplificada, poderá o interessado requerer a licenciamento sanitário por meio de procedimento administrativo convencional, por meio de documentos, à luz da legislação em vigor.

§ 2º - A qualquer momento a administração pública estadual poderá verificar as informações prestadas, inclusive por meio de vistorias e solicitação de documentos.

Art. 5º - Deverão constar da Licença Sanitária Simplificada, no mínimo, as seguintes informações:

I - O número da licença sanitária fim de permitir a verificação de sua autenticidade;

II - As condições de instalação e os parâmetros sanitários a serem observados pelo estabelecimento licenciado;

III - O nome empresarial do estabelecimento;

IV - O endereço do imóvel;

V - O(s) serviço(s) farmacêutico(s) prestado(s) no estabelecimento;

VI - A atividade empresarial desenvolvida no local;

VII - O nome e o número no Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal, que será a pessoa física designada em estatuto, contrato social ou ata, incumbida de representar, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais, o Agente Regulado pessoa jurídica;

VIII - O nome e o número de inscrição no CRF/RJ do responsável técnico;

IX - As ressalvas pertinentes.

Art. 6º - O prazo de validade da licença sanitária será quinzenal para farmácias, com e sem manipulação, e drogarias, devendo ser requerida a revalidação até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

Art. 7º - A licença sanitária concedida é considerada automaticamente prorrogada até a data da publicação e da nova decisão da administração pública sobre o pedido de revalidação, desde que requerida nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao término da vigência atual.

Parágrafo único: Não se aplica este dispositivo a primeira licença sanitária que não esteja sendo objeto de revalidação e, ainda, à revalidação cujo pedido tiver sido indeferido.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 02 de fevereiro de 2021.

Deputado JORGE FELIPPE NETO

JUSTIFICATIVA

Lei Federal nº 8.080/1990, bem como a Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispõe expressamente a competência legislativa estadual de não apenas legislar sobre assuntos que abrangem a saúde da população, mas de complementar a legislação federal, no que couber.

Já se tem norma similar no Município do Rio de Janeiro, na qual a edilidade já demonstra o Interesse do Poder Executivo Municipal e que pode e deve ser replicado em sede estados em facilitar e desburocratizar a abertura de empresas estabelecendo um licenciamento sanitário simplificado as empresas com atividades de baixo risco sanitário.

A Lei Federal e 5 991/73 permite, em seu artigo 25 que o prazo de validade da licença sanitária seja fixado pela autoridade sanitária local, de acordo com o risco sanitário das atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos e poderá ser revalidada por períodos iguais e sucessivos.

PROJETO DE LEI Nº 3517/2021

ALTERA O ARTIGO 170 DO DECRETO LEI ESTADUAL Nº 1.754 DE 14 DE MARÇO DE 1978, QUE DISPÕE SOBRE "MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA - ESTABELECIMENTOS RELACIONADOS E EXERCÍCIO PROFISSIONAL - FISCALIZAÇÃO - NORMAS TÉCNICAS ESPECIAIS - APROVAÇÃO"

Autor: Deputado JORGE FELIPPE NETO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Em 02.02.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Altera o artigo 170 do Decreto Lei Estadual nº 1.754 de 14 de março de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 170 - As filiais ou sucursais de estabelecimentos farmacêuticos, bem como os depósitos de drogas, serão considerados como estabelecimentos autônomos para efeito de licenciamento e fiscalização, devendo funcionar com a assistência e responsabilidade técnica exercida por profissional, sendo ou não o mesmo da matriz ou sede.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 02 de fevereiro de 2021.

Deputado JORGE FELIPPE NETO

JUSTIFICATIVA

O projeto de Lei em apreço pretende atualizar a responsabilidade técnica de estabelecimentos farmacêuticos no Decreto-Lei Estadual nº 1.754/78, que trata das Normas Técnicas Especiais para a Fiscalização do Exercício Profissional e de Estabelecimentos de Interesse para a Medicina e Saúde Pública, de forma a modernizar com o disposto no inciso I do artigo 6 da Lei Federal nº 13.021/14.

A modernização da norma, que foi elaborada no final da década dos anos 1970 e se encontra deveras desatualizada, é imperiosa, na medida em que permitirá mais eficácia na implementação da atenção e na assistência farmacêutica população fluminense, tão carente do acesso a tão valioso e relevante profissional de saúde: o farmacêutico.

Ademais, não faz sentido- salve melhor juízo que sea mantida a atual redação da norma, na medida em que não permite que um mesmo farmacêutico labore em uma filial de um estabelecimento farmacêutico, mas defere que tal profissional trabalhe em estabelecimento concorrente.

Por fim, nem se pode negar a imprescindibilidade de profissional farmacêutico para a diuturna interação como profissional de saúde com a população, que por vezes, post o maior e menor contato na área de saúde.

PROJETO DE LEI Nº 3518/2021

DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SOBRE A EMISSÃO DE CERTIDÕES CARTORAIAS NEGATIVAS CRIMINAIS E CÍVEIS PARA TAXISTAS, CONFORME ESTABELECIDO NA ALÍNEA "B" DO INCISO XXXIV DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Autor: Deputado DIONISIO LINS

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Transportes; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Em 02.02.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica assegurada no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, independente do pagamento de taxas, a emissão pelos cartórios, de certidões negativas criminais e cíveis aos taxistas, que as solicitarem com o objetivo de obter esclarecimentos de situações de interesse pessoal, conforme alínea "b", do inciso XXX, do art. 5º da Constituição Federal.

Parágrafo único. Consideram-se situações de interesse pessoal as que assegurem a cumprimento de requisitos necessários para o exercício da profissão de taxista, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e pela Lei nº 6504, de 16 de agosto de 2013.

Art. 2º O taxista deverá declarar junto ao cartório que a emissão da certidão requerida visa assegurar a defesa de direitos e o esclarecimento de situações pessoais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 25 de janeiro de 2021.

Deputado DIONISIO LINS

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei visa conferir máxima efetividade ao estabelecido na alínea "b" do inciso XXX, do art. 5º da Constituição Federal, que assegura a emissão sem a cobrança de taxas, de certidões obtenção de esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

Ressalto que a implementação da medida é necessária e salutar, uma vez que viabilizará o exercício da profissão de taxista, onde é exigida a apresentação de certidões de antecedentes criminais e cíveis.

Entender de forma diversa, será implementar dificuldades para que cidadãos exerçam suas atividades laborais, o que evidentemente se afasta dos objetivos constitucionais, especialmente no que tange ao Direito Social ao trabalho, estabelecido no art. 6º da Constituição Federal.

Assim sendo, por ser de grande valia a presente proposta, aguardo aprovação dos meus pares para implementação imediata desta Lei que contemplará uma enorme camada da sociedade que clama neste momento de dificuldade financeira, pela continuidade de seu ofício, ou seja, a continuidade do exercício da profissão de taxista.

PROJETO DE LEI Nº 3519/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ISENÇÃO FISCAL A INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR QUE FORNEÇAM BOLSAS DE ESTUDOS A ATLETAS EM SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Autor: Deputado BRAZÃO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; de Educação; de Ciência e Tecnologia; de Esporte e Lazer; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Em 02.02.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a conceder isenção fiscal a instituições de ensino médio e superior privadas que forneçam bolsas de estudos a atletas em situação de hipossuficiência.

Art. 2º - A renda familiar per capita mensal do atleta a ser beneficiado não poderá ultrapassar o valor de 1,5 salários mínimos.

Art. 3º - Para fazer jus aos benefícios previstos nesta lei, o atleta deverá:

I - Estar ligado a uma entidade oficial de prática desportiva legalmente reconhecida e integrada no Sistema Desportivo Nacional (Federação, Confederação ou Comitê Olímpico Brasileiro);

II - Manter regularidade em seus treinamentos;

III - Participar das competições e eventos da modalidade a qual é vinculado;

IV - Preencher os requisitos formais do artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Para a manutenção da bolsa de estudos concedida, o atleta beneficiado deverá manter a média de notas exigida pela instituição de ensino concedente.

Art. 5º - A instituição de ensino concedente deverá comprovar, anualmente, que o aluno bolsista preenche os requisitos desta lei, encaminhando ao Governo do Estado do Rio de Janeiro documentação que contenha os dados do atleta beneficiado, a comprovação da situação de hipossuficiência e o valor do custo anual da bolsa de estudos e dos materiais didáticos fornecidos.

Art. 6º - Cada instituição privada de ensino médio e superior poderá conceder até dez bolsas de estudos por ano letivo contempladas pelo benefício aqui disposto.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente através da Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado Esporte, Lazer e Juventude e da Secretaria de Estado de Fazenda.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, em 01 de fevereiro de 2020.

Deputado BRAZÃO

JUSTIFICATIVA

O projeto tem como objetivo conceder isenção fiscal para instituições de ensino médio e superior que forneçam bolsa de estudos a atletas em situação de hipossuficiência.

O esporte não é só uma fonte de entretenimento, mas também uma ferramenta de inclusão social. Além disso, a atividade esportiva ajuda na formação do jovem, desenvolvendo valores como a disciplina, lealdade, espírito de grupo e perseverança. Entretanto, frequentemente, o atleta, por questões financeiras, se vê na difícil situação de deter que escolher entre os estudos e a sua carreira. Difícil o impasse que evidencia a necessidade de atuarmos para incentivar a formação intelectual destes jovens, permitindo que conciliem os estudos com sua rotina de treinamento. Nada mais justo do que, como parlamentares, encaminhamos propostas com o objetivo de estimular a prática de esportes no Brasil e especialmente no Estado do Rio de Janeiro, de onde saíram grandes talentos, em diversas modalidades reconhecidas mundialmente.

Esporte é vida. É saúde. É desenvolvimento e integração.

PROJETO DE LEI Nº 3520/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO IMPLANTAR UNIDADE DE COLÉGIO ESTADUAL, NO BAIRRO GARDÊNIA AZUL - ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

Autor: Deputado BRAZÃO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Em 02.02.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar unidade de Colégio Estadual, no Bairro Gardênia Azul, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único - O Executivo estadual poderá firmar convênio com o Executivo municipal de modo a ocupar espaço disponível em escola municipal, nos horários disponíveis.

Art.2º - A presente lei poderá ser regulamentada, através das secretarias estaduais competentes.

Art.3º - As despesas decorrentes de sua aplicação, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Deputado BRAZÃO

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a presente proposta haja vista o clamor da comunidade da Gardênia Azul (Zona Oeste do município de Rio de Janeiro), região que conhecemos bem e confirmamos a enorme demanda para que ali se implante o segmento do ensino médio para atender aos milhares de jovens que residem no bairro e imediações.

Todos nós, sociedade civil por nós aqui representada, temos consciência o quanto ocupar nossos jovens, oferecer-lhes formação adequada e prepará-los para o engajamento no mercado de trabalho é de suma importância no contexto socioeconômico atual. No momento em que ainda atravessamos a pandemia e os danos por ela provocados, mais do que nunca, precisamos criar alternativas e dar apoio aos que já sofriam carências antes que esse vírus agravasse a situação. A educação, o acolhimento, o encaminhamento, a perspectiva de um futuro melhor é a saída para resgatar a esperança dessas famílias.

É nesse sentido que apresento a presente alternativa e para qual encareço o indispensável apoio de meus pares.

PROJETO DE LEI Nº 3521/2021

ALTERA A LEI Nº 8929, DE 15 DE JULHO DE 2020, NA FORMA QUE MENCIONA.

Autor: Deputado ANDERSON MORAES

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Saúde; de Cultura; e de Defesa Civil.

Em 02.02.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Altera a ementa da Lei nº 8929, de 15 de julho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Autoriza o Poder Executivo a classificar como serviço essencial as atividades e os serviços relacionados ao comércio e cultura que específica, respeitando as competências municipais e as autoridades sanitárias, durante o período de reconhecimento de emergência na saúde pública decretado pelo Estado do Rio de Janeiro em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)."

Art. 2º - Inclua-se o inciso abaixo especificado na Lei nº 8929, de 15 de julho de 2020, onde couber, com a seguinte redação: "XX - as atividades culturais, em locais públicos ou privados."

Art. 3º - Inclua-se o parágrafo único na Lei nº 8929, de 15 de julho de 2020, onde couber, com a seguinte redação:

"Parágrafo único - As atividades culturais, respeitados os devidos protocolos sanitários de segurança, não poderão ser objeto de atos administrativos que suspendam ou reduzam a capacidade se houver a possibilidade de adoção de medidas para distanciamento e ventilação no local do evento."

Art. 4º - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 02 de fevereiro de 2021.

Deputado ANDERSON MORAES

JUSTIFICATIVA

É extremamente necessário a reativação do setor cultural no Estado, por ser um dos segmentos mais atingidos diante das políticas restritivas adotadas para enfrentamento da pandemia do Coronavírus.

A salutar política do auxílio emergencial ao setor, além de não atender a plenitude do setor, não deve servir para impedir ou obstar o exercício da atividade cultural no Estado, sob pena de perpetuar o agravamento da crise no setor, não obstante os efeitos negativos no cidadão devido a supressão desta função.

O presente projeto de lei objetiva alçar a área de cultura à categoria de serviço essencial, visando fomentar a recuperação do setor, assim como realçar a área como uma poderosa ferramenta de recuperação psicológica à população fluminense.

A inclusão d presente projeto, além de incluir o serviço cultural em legislação criada para especificar serviços essenciais, consolidando tal intento, objetiva que esta área não seja, novamente, objeto de interrupção e seja reduzida, somente, na impossibilidade de adoção de medidas de distanciamento e ventilação nos devidos equipamentos, preservando a segurança dos profissionais e público em geral.